



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Correio do Povo, do Rio Grande do Sul  
Publicada em 3 de abril de 2008**

**Jornalista:** Na semana passada (28/03), o senhor garantiu que os pequenos agricultores não terão suas terras penhoradas por conta de dívidas agrícolas. Contudo, no RS, boa parte dos produtores familiares ficou de fora da proposta apresentada pelas pastas de Agricultura e Fazenda, que prevê repactuação de R\$ 56 bilhões. O que será feito no ano safra 2008/2009 para resolver o individamento do homem do campo e garantir o crescimento da produção nacional?

**Presidente:** As propostas que nós elaboramos contemplam a grande maioria das dívidas agrícolas. No caso dos agricultores familiares, dão conta de praticamente 100% das operações – oferecendo condições para que os produtores inadimplentes renegociem ou liquidem suas dívidas. Mesmo os que tiveram suas dívidas inscritas na Dívida Ativa da União terão descontos de até 75% do saldo devedor para liquidarem as operações. Então, somente os produtores que não desejarem quitar ou renegociar seus compromissos ficarão de fora do processo.

**Jornalista:** Senhor presidente, alguns governadores e prefeitos, além de tributaristas, têm dito que a Reforma Tributária enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, irá aumentar a concentração de recursos na União ainda mais, deixando os estados dependendo do governo federal. O senhor concorda com essa afirmação?



**Presidente:** Isso não é verdade. O projeto de Reforma Tributária que enviamos ao Congresso prevê a criação de um Fundo de Equalização de Receitas, destinado justamente a compensar qualquer perda que ocorra para os Estados. A equipe do Ministério da Fazenda já está discutindo com representantes dos governadores o formato desse fundo, de modo a dar tranquilidade a todos. Na realidade, a Reforma Tributária vai trazer ganhos de arrecadação significativos para o conjunto dos estados, não apenas porque dela resultará um maior crescimento econômico nacional, mas também porque o projeto coloca um fim à guerra fiscal no Brasil. Como resultado, o Ministério da Fazenda calcula que haverá um aumento das receitas estaduais da ordem de 10 a 15 bilhões de reais. De modo que o Rio Grande do Sul não tem nada a temer. Todos só temos a ganhar com a Reforma Tributária.

**Jornalista:** A dengue e a febre amarela reapareceram no Brasil após décadas sem que essas doenças se manifestassem de forma mais forte. O senhor acredita que os investimentos nesta área foram insuficientes, houve desatenção ao setor saúde, ou a culpa é dos governadores, que não investem em saúde pública o determinado constitucionalmente?

**Presidente:** A modalidade urbana da febre amarela não é registrada no Brasil desde 1942, mas a forma silvestre ainda existe e tem sido decrescente desde o ano 2000, quando o Brasil registrou 85 casos com 40 mortes. Entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, houve um aumento da circulação do vírus entre macacos, colocando em risco pessoas não vacinadas, que se dirigiram às regiões próximas de matas. Foram 38 casos com 20 óbitos em 2008 – menos da metade do ocorrido em 2000. Mesmo assim, de forma preventiva, o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde puseram em alerta as equipes de assistência médica e intensificamos a vacinação, com milhões



de doses colocadas à disposição da população. Essas medidas estancaram o surgimento de novos casos.

Quanto à dengue, é preciso destacar que em 2008 houve uma redução importante dos casos em quase todas as unidades da federação. Temos um problema sério na cidade do Rio de Janeiro – veja que municípios próximos, como Niterói, não tiveram aumento do número de casos. E todos são responsáveis pelo que está ocorrendo no Rio: o governo federal, o governo estadual, a prefeitura e até a população, que não pode se descuidar das medidas de prevenção. De nossa parte, o que fizemos? O Ministério da Saúde repassou R\$ 685 milhões em 2007 para estados e municípios aplicarem em ações de combate à dengue e lançou, em outubro, uma campanha para orientar as pessoas sobre como evitar a proliferação do mosquito transmissor. Só no ano passado, destinamos ao Estado do Rio de Janeiro R\$ 54 milhões, sendo R\$ 22,4 milhões para a Prefeitura da capital. Diante do aumento de casos, enviamos técnicos para acompanhar de perto a situação e fizemos um repasse financeiro adicional para a aquisição de capas para vedação de caixas d'água e intensificação de ações de controle do *Aedes Aegypti* em todo o estado. Além disso, as Forças Armadas foram acionadas para montar hospitais de campanha para ampliar o atendimento de quem já está doente. Quero dizer que vamos continuar trabalhando sem descanso, com o governo do Estado e com a Prefeitura, para controlar a doença e garantir um atendimento digno aos pacientes do Rio de Janeiro.

**Jornalista:** O chamado "Pólo Naval" de Rio Grande, que o senhor visitará na próxima quinta-feira, sustenta-se em dois pilares: o Dique Seco e a construção da plataforma de petróleo P-53. Como a plataforma estará concluída em agosto/setembro deste ano, o "Pólo Naval" ficará restrito a apenas um projeto (o Dique Seco) que demorará ainda mais dois anos para começar a atuar? O



senhor irá anunciar mais investimentos no "Pólo Naval", como a construção de mais plataformas ou ainda outros empreendimentos da Petrobras?

**Presidente:** O Polo Naval de Rio Grande veio para ficar. Além da P-53 e do Dique Seco, já está contratada a execução da reforma da plataforma P-17 e a construção do casco da plataforma P-55. Além disso, a Petrobras fará a licitação da plataforma de produção para o campo de Papa-Terra e acredito que o Pólo Naval de Rio Grande vai lutar por esse serviço. Um dos meus maiores orgulhos é ter recuperado a indústria naval brasileira. A decisão de garantir participação nacional na produção de plataformas provocou a retomada dessa indústria, revertendo o sucateamento que vinha ocorrendo por causa da opção por encomendar esses produtos fora do País. Eu me lembro, há alguns anos, antes de chegar à Presidência, de uma ocasião em que visitei Angra dos Reis. Passamos dentro do ex-estaleiro Verolme e vimos uma cena triste, de abandono: não tinha mais trilho, estava cheio de capim, os guindastes enferrujados, meia dúzia de funcionários tomando conta. E a gente via os companheiros metalúrgicos vendendo picolé na praia... Não que isso desmereça o ser humano, mas eles tinham conquistado um dia a cidadania de um emprego com carteira profissional assinada e tiveram que voltar para a informalidade. Pois bem, a indústria naval do Rio de Janeiro, que chegou a ter 50 mil trabalhadores na década de 70, no ano 2000 tinha menos de 3 mil empregados. Agora, já voltou a ter 36 mil trabalhadores. Da mesma forma que ocorreu no Rio, o Pólo Naval de Rio Grande vai dinamizar a economia, multiplicar oportunidades e gerar emprego e renda para a população.

**Jornalista:** O senhor tem dito que o PAC não é eleitoreiro e que o governo e a administração pública não podem parar somente porque o país vive eleições de dois em dois anos. Essa posição, se adotada por administrações municipais, estaduais e pela própria presidência da República, não é perigosa



por fornecer aos detentores de poder a possibilidade de "trabalhar" as ações politicamente?

**Presidente:** Nós lançamos o PAC em janeiro de 2007 e apontamos, já naquele momento, quais seriam as obras que iríamos fazer durante o meu segundo mandato. No caso das obras de habitação e saneamento, discutimos com estados e municípios, tanto da base aliada como da oposição, quais eram as obras estruturantes mais necessárias em cada lugar. Fui pessoalmente a grande parte dos estados anunciá-las, ao lado dos governadores e prefeitos, e quando não pude ir fiz o anúncio em Brasília. As obras foram contratadas e licitadas. E agora, estou voltando para dar início a elas e, quando estiverem concluídas, também vou querer voltar para ver como ficaram. Não há nada de eleitoreiro nisso, porque eu não sou candidato a nada. E faço essas visitas ao lado de autoridades locais de todos os partidos: aqui, da governadora Yeda Crusius, em São Paulo, do governador José Serra, e assim por diante. Estou apenas cumprindo o compromisso que fiz com o povo brasileiro. O País está crescendo, a renda das pessoas está aumentando, as obras de infra-estrutura que o País esperava há anos estão acontecendo e os programas sociais avançam para tornar o Brasil um país mais próspero, democrático e justo.

(\$31DHKLP)